

COMANDO DA 1 REGIAO MILITAR/RJ

Termo de Referência 27/2026

Informações Básicas

Número do artefato

UASG

Editado por

Atualizado em

27/2026

160298-COMANDO DA 1 REGIAO MILITAR/RJ

LILIAN DOS SANTOS LEANDRO DE MOURA

07/04/2026 11:04 (v 0.5)

Status

ASSINADO

Outras informações

Categoria

Número da Contratação

Processo Administrativo

VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia

65344.018069/2025-19

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº65344.018069/2025-19)

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de serviços comum de de engenharia de **Reforma e Adequação do Telhado do Bloco A** do Hospital Geral do Exército do Rio de Janeiro (HGeRJ), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Reforma Telhado Bloco A	22225	unid.	1	R\$ 1.279.455,43	R\$ 1.279.455,43

A presente contratação caracteriza-se como prestação de serviço comum de engenharia com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, não se configurando como mera intermediação ou fornecimento de mão de obra, afastando-se o enquadramento como contratação de serviços terceirizados nos termos da instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017.

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como serviços comuns de engenharia, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar 128/2025.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.4. O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratados por escopo, conforme o art. 6º, inciso LVI, da Lei nº 14.133/2021.

Prazo de vigência

1.5. O prazo de vigência da contratação é de **6 (seis) meses** contados do(a) após a assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. As regras de vigência, execução, fiscalização, garantias e prazos serão detalhadas no Contrato Administrativo, observando:

Lei nº 14.133/2021;

Decreto nº 11.246/2022;

Manual IPPC Engenharia – Obras e Serviços; e

ETP e TJTR vinculados ao processo.

1.7. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. *A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares 128/2025, apêndice deste Termo de Referência.*

2.3. *O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.*

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares nº 128/2025, apêndice deste Termo de Referência, que apresenta o diagnóstico da cobertura existente, as alternativas avaliadas e a justificativa técnica para adoção da solução de reforma e adequação do telhado do Bloco A.*

A solução como um todo abrange:

- *substituição por telhas metálicas termo - acústicas tipo sanduíche (PU/PIR);*
- *reforço estrutural metálico, conforme projeto básico elaborados pela seção de obras da 1ª Região Militar;*
- *Impermeabilização.*

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. *Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:*

4.1.1. Os resíduos metálicos e plásticos gerados na desmontagem da cobertura deverão ser separados e destinados conforme o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) aprovado pela Fiscalização do HGeRJ, priorizando reciclagem e reuso;

4.1.2. As novas telhas e perfis metálicos deverão conter no mínimo 25% de material reciclado em sua composição e ser provenientes de fabricantes que adotem processos industriais ambientalmente adequados;

4.1.3. As tintas, selantes e materiais complementares deverão estar livres de compostos orgânicos voláteis (COVs) acima dos limites estabelecidos pela ABNT NBR 16401 e Resolução CONAMA nº 446/2012;

4.1.4. Os equipamentos e ferramentas utilizados deverão operar com baixo consumo energético, conforme diretrizes de sustentabilidade do Exército Brasileiro.

4.1.5. Observar as diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa nº 01/2010, da SLTI /MPOG, nos seguintes termos: utilização de agregados reciclados, sempre que existir a oferta de agregados reciclados, capacidade desuprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais; Utilização de andaimes e escoras, preferencialmente metálicos, ou de material que permita a reutilização; dar prioridade ao emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

4.1.6. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, na Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA e na Instrução Normativa nº 01/2010, da SLTI/MPOG;

4.1.7. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, a ser elaborado pela Contratada e apresentado ao órgão competente;

4.1.8. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a Contratada deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber;

4.1.9. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota-fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

4.1.10. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, a Contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, ABNT NBR nº 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004; e

4.1.11. Seguir o disposto no Plano Nacional de Resíduos Sólidos (documento em anexo ao Decreto 11.043/22), que estabelece orientações para aquisição de produtos reutilizáveis (quando viável técnica e economicamente) além da redução da quantidade de resíduos e rejeitos encaminhados para a disposição final ambientalmente adequada.

4.1.12. As exigências de sustentabilidade não possuem caráter restritivos à competitividade.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação não será admitida a indicação de marca específica, devendo as especificações técnicas constarem de forma descritiva e padronizada, com base nas normas da ABNT e nos parâmetros de desempenho estabelecidos no projeto básico.

Excepcionalmente, a referência a determinada marca ou modelo constante do memorial descritivo, elaborado em conjunto com o projeto executivo a ser executado pela contratada, será considerada apenas como parâmetro de desempenho e qualidade, e não como exclusividade de fornecimento, nos termos do art. 42, §1º, da Lei nº 14.133 /2021, devendo ser sempre admitida a apresentação de produtos equivalentes.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.3. Administração não aceitará o fornecimento de materiais, produtos ou componentes que não atendam às normas técnicas aplicáveis ou que apresentem desempenho inferior ao especificado no projeto básico.

4.3.1. Fica vedado o uso de telhas simples galvanizadas sem núcleo isolante termo - acústico;

- 4.3.2. Fica vedada a utilização de estruturas metálicas sem tratamento anticorrosivo; e
- 4.3.3. Fica vedado o uso de parafusos ou fixadores sem arruelas de vedação EPDM ou de procedência não certificada.

Da exigência de carta de solidariedade

4.4. Em caso de fornecimento indireto de materiais principais (telhas termo - acústicas, estruturas metálicas, calhas e rufos), poderá ser exigida, quando aplicável, Carta de Solidariedade emitida pelo fabricante, atestando que garante a compatibilidade e a responsabilidade técnica pelos produtos fornecidos à contratada.

Subcontratação

4.5. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor total do contrato, exclusivamente para serviços acessórios e complementares nas seguintes condições:

É permitida a subcontratação parcial de atividades estritamente acessórias, complementares ou de apoio, desde que não integrantes das parcelas de maior relevância técnica (Grupo A da Curva ABC do TJTR):

4.6. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

- 4.6.1. Montagem, reforço ou substituição da estrutura metálica principal;
- 4.6.2. Instalação das telhas termo - acústicas e rufos; e
- 4.6.3. Elaboração de projetos complementares ou detalhamentos executivos que impliquem alteração de concepção técnica.

4.7. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto, desde que não interfiram na execução das disciplinas principais e sejam aprovadas pela Fiscalização:

- 4.7.1. serviços de transporte e destinação final de resíduos e metálicos, conforme Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS);
- 4.7.2. Instalação e desmontagem de estruturas provisórias de segurança (ex: Locação de andaimes, plataformas e caçambas, Instalação de linha de vida, pontos de ancoragem e sinalização provisória); e
- 4.7.3. Ensaios, laudos e testes não destrutivos complementares ((estanqueidade, ruído).

Obs.: conforme diretrizes do IPPC Engenharia, a retirada de entulho, fornecimento de materiais e locação de equipamentos não configuram subcontratação, mas sim fornecimento de insumos.

4.8. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

Deverá apresentar, para aprovação:

- Cópia da regularidade fiscal e trabalhista da subcontratada;
- Registro ativo no CREA/CAU;
- ART / RRT da atividade a ser subcontratada;
- Atestados de capacidade técnica compatíveis com o serviço;
- Plano de Execução Detalhado (PED) com escopo, equipe, cronograma e medidas de controle de qualidade.

As medições somente serão aceitas após validação técnica da Fiscalização.

4.9. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.10. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.11. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

A presente contratação caracteriza-se como prestação de serviço comum de engenharia com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, não se configurando como mera intermediação ou fornecimento de mão de obra, em conformidade com a legislação vigente.

Garantia da contratação

4.12. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro -garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor **total** da contratação.

4.12.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

4.13. Em caso de opção pelo seguro - garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.13.1 A apólice de seguro - garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.13.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.13.3. A apólice de seguro - garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.13.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro - garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.13.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro - garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.14. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.15. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.16. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.17. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.17.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep(art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.18. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.18.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.18.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.18.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.19. A apólice do seguro - garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.

4.19.1. O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.

4.20. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.21. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.22. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.23. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.24.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.25.2. Caso se trate da modalidade seguro - garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.26. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.26.1. A extinção da garantia na modalidade seguro - garantia observará a regulamentação da Susep.

4.26.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.27. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.28. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.29. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.30. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.31. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim que será (Jonatas Henriques da Silva - E-mail: jonatas.henriques@live.com - Telefone: 2198960-2164 e Daniela Vieira Rey Barros - E-mail: danielabarros_24@yahoo.com.br Telefone: 21 97927-1273), de segunda à quinta-feira das 09 as 15 horas e sexta-feira das 09 as 11 horas.

4.32. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.33. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.33.1. **A vistoria deverá ser previamente agendada;**

4.33.2. **Não será permitido fotografar áreas sensíveis sem autorização expressa da Fiscalização.**

4.34. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal (atestado de vistoria) assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.35. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

- A vistoria prévia ao local de execução é facultativa, sendo recomendada para melhor conhecimento das condições da área e peculiaridades do objeto.

Sua não realização não poderá ser motivo de inabilitação ou desclassificação do licitante, cabendo à contratada assumir integral responsabilidade pelas condições locais de execução dos serviços.

A vistoria deverá ser previamente agendada junto à Administração, quando do interesse do licitante.

Instalação de escritório

4.36. Não será exigida a instalação de escritório físico no município, uma vez que se trata de serviço comum de engenharia, executado por empreitada por preço global, sem necessidade de estrutura administrativa local permanente.

4.37. Para a adequada execução dos serviços contratados, a empresa deverá, entretanto, manter os meios de comunicação ativos, disponibilizar preposto e representante técnico e garantir atendimento imediato às demandas da Fiscalização, conforme disposições da Lei nº 14.133/2021 e do contrato.

Margem de Preferência

4.38. O objeto da presente contratação não se enquadra em margem de preferência, por não se tratar de bens industrializados nacionais ou serviços passíveis de aplicação dos critérios previstos no art. 26 da Lei nº 14.133/2021 e na regulamentação da CICS. Assim, não será aplicada margem de preferência normal ou adicional.

Projeto Executivo

4.39. A elaboração do Projeto Executivo será de responsabilidade da contratada, devendo ser apresentada no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados da assinatura do contrato.

4.39.1. O Projeto Executivo deverá conter todos os elementos necessários à execução completa do objeto, incluindo detalhamentos construtivos, memoriais descritivos complementares, especificações técnicas, compatibilizações e demais peças técnicas pertinentes.

4.39.2. O projeto deverá ser submetido previamente à aprovação da fiscalização, não sendo permitida a execução dos serviços sem sua validação.

4.39.3. Após a execução, deverão ser entregues os documentos “as built”, bem como todos os arquivos digitais em formato editável (DWG ou equivalente), conforme previsto no caderno de encargos.

Ressalta-se que o Projeto Básico e os demais documentos técnicos apresentam nível de detalhamento suficiente para permitir a adequada elaboração do Projeto Executivo pela contratada, nos termos do art. 18, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 5 (cinco) dias da emissão da ordem de serviço, conforme art. 117 da lei 14.133/2021.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho ao escopo da **reforma do telhado do bloco A do Hospital Geral do Rio de Janeiro (HGERJ)**: A execução compreenderá as seguintes etapas e métodos:

Implantação de canteiro de obras

Incluindo:

- instalação de tapumes, isolamento e barreiras físicas;
- sinalização de segurança e rotas de circulação;
- controle de poeira, resíduos e ruído;
- em conformidade com a RDC nº 50/2002, NR-18, NR-35 e demais normas aplicáveis.

Remoção controlada de elementos deteriorados ou obsoletos

Englobando:

- Remoção controlada das telhas existentes, e
- estruturas metálicas deterioradas.

Reforma, adequações e serviços civis internos:

- Recomposição e reforço da estrutura metálica existente, conforme projeto executivo;
- Instalação das novas telhas metálicas termo - acústicas, rufos;
- Execução de calha

Testes, ensaios e verificações técnicas

- com testes de estanqueidade.

Limpeza técnica e desmobilização

Incluindo:

- limpeza fina;
- retirada total do canteiro;
- entrega do as built, manuais, garantias e ART/RRT final

5.1.2.1. Antes da emissão da OS, a contratante pode solicitar que a contratada analise a planilha orçamentária de serviços para conferência e sugestões da solução de engenharia. Não há espaço para discussão de preços de serviço existente no SINAPI. Caso a contratante solicite a análise da planilha pela empresa, esta tem o prazo de 3 dias úteis para dar o retorno, manifestando-se quanto sugestões de alteração. A contratante avaliará as possíveis sugestões, acatando-as ou não;

5.1.2.2. Todas as Ordens de Serviço terão assinatura do Ordenador de Despesas e do representante legal da contratada;

5.1.2.3. A execução dos serviços relativos a cada OS poderá ser acompanhada por funcionário da contratante designado para a fiscalização;

5.1.2.4. Todos os materiais a serem empregados durante a execução dos serviços serão novos, de qualidade superior e certificados pelo INMETRO e NBR. Os materiais que dependem de definição de cor, textura, dimensão, etc, (revestimentos, tinta, acabamentos e outros) deverão ser levados a aprovação do fiscal técnico da contratante;

5.1.2.5. Os serviços realizados que não tenham sido solicitados, autorizados e aprovados previamente a sua execução, serão desconsiderados para fins de pagamento, não cabendo à contratada qualquer alegação em contrário;

5.1.2.6. A contratante poderá exigir de qualquer material empregado no serviço o "Certificado de Conformidade", expedido pelo INMETRO e o teste ou ensaio normalizado pela ABNT;

5.1.2.7. A contratante pode solicitar ensaios, testes, ou laudos dos serviços e instalações executadas pela contratada, de forma a atestar a qualidade, estanqueidade, rigidez, resistência, segurança, ou qualquer outro aspecto pertinente ao serviço /instalação. O custo ficará a cargo da contratada, que deverá apresentar laudo de profissional habilitado, e ART, se solicitado pela contratante;

5.1.2.8. Todas as imperfeições decorrentes da execução dos serviços mal executados - por exemplo: pisos, revestimento de paredes, pinturas, esquadrias, áreas cimentadas, asfalto, áreas verdes, redes de energia, redes telefônicas e de interfone, redes hidráulicas, redes de esgoto, cabeamento de TV e de internet, antenas, e outros - deverão ser corrigidas pela contratada, em prazo definido pelo fiscal técnico, sem qualquer acréscimo a ser pago pela contratante;

5.1.2.9. Qualquer paralisação de execução dos serviços deve ser comunicada de imediato ao fiscal técnico, ou ao fiscal administrativo do contrato, assim como apresentados os motivos por escrito;

5.1.2.10. A contratante não é responsável pelo armazenamento e segurança de qualquer tipo de material da contratada, contudo, poderá permitir o armazenamento de material, se assim o desejar; 5.1.2.10. Caso seja necessária a instalação de materiais que não constam no SINAPI, outros sistemas de referências ou Painel de Preços, a contratada deverá apresentar 3 cotações de mercado, que será avaliada pela fiscalização, e será considerado o valor médio dos orçamentos.

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços: O início e a conclusão das etapas da obra deverão estar de acordo com o Cronograma Físico - Financeiro de cada item;

5.1.3.1. O cronograma físico - financeiro seguirá o modelo anexo ao Termo de Referência, elaborado com base na planilha orçamentária SINAPI e aprovado no ETP.

O prazo total de execução da obra será de 150 (cento e cinquenta) dias corridos, contados da 5.1.4. emissão da Ordem de Serviço, conforme cronograma e condições definidas no contrato.

5.1.4. emissão da Ordem de Serviço, conforme cronograma e condições definidas no contrato.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Hospital Geral do Exército do Rio de Janeiro (HGeRJ), localizado na Av. Duque de Caxias, 1551 - Vila Militar, Rio de Janeiro - RJ, 21615-220;

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: Os serviços supracitados serão executados dentro do horário de funcionamento da organização militar, a responsabilidade da fiscalização dos serviços executados e horários a serem cumpridos.

Rotinas a serem cumpridas

5.3.1 A execução contratual observará as rotinas de acesso e segurança determinadas pela Administração, incluindo:

- controle de entrada e saída de pessoal e materiais;
- uso obrigatório de crachá de identificação;
- cumprimento das normas internas de segurança hospitalar, uso de EPIs e limpeza da área de trabalho;
- destinação adequada de resíduos conforme legislação ambiental e sanitária.

Incumbirá à Contratada fornecer e manter, no local da obra, livro de registro DIÁRIO DE OBRA, no qual deverão ser registradas as informações relativas ao andamento dos trabalhos

- Juntamente com o Diário de Obra, a Contratada deverá manter a disposição da Contratante e dos órgãos fiscalizadores, devidamente organizados, os documentos relativos a licenças da obra, bem assim cópias dos projetos e especificações técnicas.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em conformidade com as especificações técnicas do projeto e as normas da ABNT e correlatas, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.4.1. A contratada deverá utilizar materiais novos, de primeira qualidade, com comprovação de origem e garantia do fabricante;

5.4.2. Todos os equipamentos e ferramentas deverão estar em perfeito estado de conservação e segurança, sendo de responsabilidade da contratada sua manutenção;

5.4.3. Quaisquer substituições de materiais deverão ser previamente aprovadas pela Fiscalização Técnica;

5.4.4. Os materiais destinados à execução dos serviços deverão ser estocados, até sua efetiva utilização, em local apropriado, destinado a esse fim;

5.4.5. O controle de qualidade exercido pela Contratante não exime a Contratada de sua inteira responsabilidade técnica e civil pelas obras e serviços por ela executados.

5.4.6. Reserva-se a Fiscalização o direito de impugnar a utilização de elementos inadequados, ou procedimentos em desacordo com as Normas Técnicas da ABNT, obrigando-se a Contratada a desmanchar por sua conta e risco o que for impugnado, refazendo tudo de acordo com as especificações e normas aplicáveis.

5.4.7. Todos os materiais utilizados deverão observar as prescrições dos fabricante;

5.4.8. Em caso de divergências nas definições dos materiais, serviços e regramentos descritos nos documentos técnicos apresentados, deverão ser consideradas, primeiramente, as disposições deste Termo de referência.

5.4.9. A Contratada deverá disponibilizar placa de obra e a mesma deve ser fixada em local visível que será determinado pelo fiscal do contrato.

5.4.10. É de responsabilidade da contratada seguir todas as Normas Reguladoras referentes a segurança do trabalho: NR 01 a NR 36;

5.4.11. A contratada deverá obedecer ao prescrito nas Normas do Ministério do Trabalho pertinente aos serviços a serem executados;

5.4.12. Equipamentos de Proteção Individual - EPI: será obrigatório para todos os envolvidos com os trabalhos a serem executados, conforme a exposição ao risco e de acordo com o prescrito nas Normas do Ministério do Trabalho. Todos os funcionários deverão estar trajados com uniforme da empresa, bem como adequadamente identificados. O fornecimento, manutenção e reposição dos uniformes e dos EPI é de obrigação da contratada, devendo ser fornecidos gratuitamente aos funcionários;

5.4.13. O EPI básico para todos os funcionários será botina de couro, capacete e uniforme de trabalho. Será terminantemente proibida a permanência de qualquer funcionários descalço, usando chinelo de dedo, sem uniforme ou sem capacete no local da prestação dos serviços;

5.4.14. Os EPI's e uniformes de trabalho deverão estar em perfeito estado de conservação e uso;

5.4.15. O descumprimento das exigências de Segurança e Medicina do Trabalho será penalizado na forma da lei. É de responsabilidade da contratada manter no local da obra medicamentos básicos de primeiros socorros;

5.4.16. *Em situações de grave e iminente risco, a fiscalização poderá paralisar o serviço total ou parcialmente sem, contudo, deixar de ser contado o prazo de execução dos serviços.*

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. *A demanda do órgão tem como base as seguintes características:*

5.5.1. *Obra de reforma e substituição da cobertura metálica do Bloco A do Hospital Geral do Exército do Rio de Janeiro (HGeRJ), incluindo remoção das telhas existentes, recomposição ou reforço da estrutura metálica, instalação de novas telhas termo - acústicas;*

5.5.2 *A execução será realizada em área hospitalar em funcionamento contínuo, devendo a contratada adotar medidas de isolamento, segurança e controle de ruído compatíveis com o ambiente;*

5.5.3. *O dimensionamento da proposta deverá observar as especificações técnicas do projeto básico, as normas ABNT aplicáveis e correlatas, e o cronograma físico -financeiro anexo.*

5.5.4. *Escopo:*

1. *Administração;*
2. *Serviços Técnicos Profissionais;*
3. *Serviços Preliminares;*
4. *Serviços Complementares;*
5. *Impermeabilização;*
6. *Revestimentos;*
7. *Telhado*

Disposições específicas para contratações integradas e semi-integradas

5.6. *Tratando-se de contratação por empreitada por preço global (serviço por escopo) , e **não de** contratação integrada ou semi-integrada, não se aplicam os itens 5.6 a 5.13 deste Termo de Referência, referentes a desapropriações, distribuição de riscos diferenciada e alterações de projeto básico.*

Especificação da garantia do serviço

5.7. *O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), será de, no mínimo **5 (cinco)** anos para responsabilidade 5 cinco por vícios e defeitos em obras da construção civil;*

5.7.1. *O prazo de garantia será contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.*

5.7.2. *Durante o período de garantia, a contratada obriga-se a corrigir, às suas expensas, no prazo fixado pela fiscalização, eventuais falhas ou defeitos constatados.*

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8. *Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:*

5.8. 1. *Conclusão dos serviços - Término da execução de todos os serviços previstos no cronograma. Conforme cronograma;*

5.8.2. *Comunicação de conclusão - A contratada comunica formalmente à fiscalização a conclusão da obra, solicitando o recebimento provisório. Até 5 dias após a conclusão;*

5.8.3. *Recebimento provisório - Vistoria conjunta para verificação da conformidade dos serviços, emissão de Termo de Recebimento Provisório. Até 15 dias após a comunicação;*

5.8.4. *Correção de pendências - Prazo para correção de eventuais não conformidades apontadas no recebimento provisório. Conforme fixado pela fiscalização;*

5.8.5. *Recebimento definitivo - Nova vistoria e emissão do Termo de Recebimento Definitivo. Até 90 dias após o provisório;*

5.8.6. *Desmobilização - Retirada de todos os equipamentos, andaimes, entulhos e limpeza final da área. Até 10 dias após o recebimento definitivo;*

5.8.7. *Entrega de documentos finais - Entrega do "as built" (projeto como construído), manuais de operação e*

manutenção, comprovantes de destinação de resíduos. Até o recebimento definitivo.

A contratada deverá garantir o acesso à obra e a disponibilidade de equipe técnica para esclarecimentos durante todo o período de transição.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, o órgão poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado *deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução, devendo atender prontamente às solicitações da Fiscalização Técnica.*

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. *A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:*

6.16.1. *Realização de vistorias técnicas periódicas e emissão de relatórios de acompanhamento com registro fotográfico;*

6.16.2. *Conferência das medições, quantitativos executados e conformidade com o cronograma físico - financeiro; e*

6.16.3. *Verificação do cumprimento das normas de segurança do trabalho, uso de EPIs e correta destinação de resíduos.*

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.19. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.21. *Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:*

6.21.1. *Conferir a regularidade fiscal e trabalhista da contratada antes de cada pagamento, mediante consulta atualizada ao SICAF, FGTS e INSS;*

6.21.2. *Registrar e arquivar todos os documentos de acompanhamento contratual no sistema eletrônico de gestão de contratos; e*

6.21.3. *Solicitar à contratada, sempre que necessário, comprovantes de pagamento de encargos sociais e trabalhistas de empregados diretamente envolvidos na execução da obra.*

Gestor do Contrato

6.23. Cabe ao gestor do contrato:

6.23.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.23.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.23.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.23.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução

contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.23.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.23.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.23.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.23.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.23.8.1 às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.23.8.2 à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. *A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo deste Termo de referência, o qual estabelece os parâmetros de qualidade, prazos e conformidade técnica dos serviços executados.*

7.2. *Nos regimes de execução de **empreitada por preço global**, contratação por tarefa, contratação integrada e contratação semi-integrada será adotada sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico - financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.*

7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.3.1 não produziu os resultados acordados,

7.3.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.4. *A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.*

7.5. *A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:*

7.5.1. cumprimento dos prazos previstos no cronograma físico - financeiro;

7.5.2 conformidade técnica dos serviços executados em relação ao projeto e memorial descritivo; e

7.5.3. atendimento às normas de segurança do trabalho e meio ambiente vigentes

Eventuais distorções relevantes de quantitativos ou valores serão analisadas com base em critérios objetivos, considerando sua magnitude e impacto no equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Para fins de referência:

- *até 5%: variação aceitável;*
- *entre 5% e 10%: sujeita à análise técnica;*
- *acima de 10%: poderá ensejar reequilíbrio econômico-financeiro, observado o limite legal.*

A análise priorizará itens relevantes da Curva ABC.

Recebimento

7.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, mediante a vistoria conjunto com fiscal técnico e administrativo, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6.1. *Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico - Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.*

7.6.1.1 *Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico - Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.*

7.6.1.2. *O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.*

7.7 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.8. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.9. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.10. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.11 Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período *encerramento de cada etapa executiva, conforme o Cronograma Físico - Financeiro, mediante solicitação formal da contratada acompanhada das memórias de cálculo e planilhas de medição correspondentes.*

7.12. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.12.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.13. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.14. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.16. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.17. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.18. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.19. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade e conformidade técnica do serviço dos serviços executados e consequente aceitação mediante Termo de Recebimento Definitivo, nos termos do art. 141, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

O recebimento definitivo somente será formalizado após a sanção de eventuais pendências registradas no termo provisório, bem como a entrega de todos os documentos técnicos finais, incluindo:

- a) As - built atualizado e memorial descritivo revisado;*
- b) ART(s) de execução e acompanhamento;*
- c) Relatório fotográfico final e laudo de estanqueidade do telhado;*
- d) Certidões de regularidade fiscal e trabalhista da contratada válidas na data do recebimento.*

Obedecendo os seguintes procedimentos:

7.19.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.19.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.19.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.19.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.19.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A9]

7.20. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.22 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético - profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.28.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.28.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** (*Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo*) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reoneração gradual da folha de pagamento

7.39. A reoneração gradual prevista na Lei nº 14.973/2024 não se aplica a este contrato, uma vez que a contratação ocorrerá sob o regime de empreitada por preço global, sem dedicação exclusiva de mão de obra, sendo os encargos trabalhistas e previdenciários integralmente de responsabilidade da contratada, nos termos dos arts. 121, §3º, e 122 da Lei nº 14.133/2021, além das diretrizes do IPPC Engenharia.

Assim, fica suprimida qualquer cláusula relativa a revisão de preços por reoneração da folha, dada sua incompatibilidade com o modelo jurídico adotado.

Eventuais revisões de preços somente poderão ocorrer nas hipóteses previstas nos arts. 134 a 136 da Lei nº 14.133/2021, quando aplicáveis, mediante demonstração objetiva do impacto econômico comprovado.

Reajuste

7.40. *Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais [elaboradas com base no SINAPI/EMOP/SCO do mês 02 do ano de 2026.*

7.41. *Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INCC (Índice Nacional de Custo da Construção), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.*

7.42. *Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.*

7.43. *No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).*

7.44. *Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).*

7.45. *Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.*

7.46. *Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.*

7.47. *O reajuste será realizado por apostilamento.*

Cessão de Crédito

7.48. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.48.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.48.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.48.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e

todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.48.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.49. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.*

8.2.4.2. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*

8.2.4.2.1 *O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

8.2.4.3. *Multa compensatória – aplicada no caso de inexecução total ou parcial do contrato, até o limite de 10% (dez por cento) do valor total contratado.*

8.2.4.3. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **15% (quinze por cento) 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.*

8.2.4.4. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.*

8.2.4.5. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.*

8.2.4.6. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **2% (dois por cento)** do valor da contratação.*

8.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **1% (um por cento) a 5% (cinco por cento)** do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:*

8.2.4.7.1. *Serão aplicadas multas específicas, proporcionalmente à gravidade da infração, conforme lista abaixo:*

- a) não apresentação de ART/RRT;*
- b) uso de material em desacordo com especificações técnicas;*
- c) execução de serviços sem autorização;*
- d) recusa injustificada em corrigir falhas;*
- e) obstrução à fiscalização técnica.*

8.3. *A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.*

8.4. *Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.*

8.5. *Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.*

8.6. *Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.*

8.7. *A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.*

8.8. *A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.*

8.8.1. *Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.*

8.8.2. *Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.*

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta[A1]

9.1. *O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO conforme o disposto nos arts. 28, inciso II, alínea “a”, e 33, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, aplicado aos serviços comuns de engenharia.*

9.1.1. *O preço ofertado deverá considerar todas as despesas diretas e indiretas, encargos sociais e BDI, observando-se a matriz de custos e formação de preços adotada pela Administração conforme Manual IPPC Engenharia, sendo vedado o fracionamento ou aplicação de descontos diferenciados sobre itens da planilha, devendo o licitante apresentar proposta global fechada, em regime de empreitada por preço global.*

9.1.2. *Na empreitada por preço global, pequenos erros quantitativos deverão ser tolerados, não ensejando revisão contratual, por se tratarem de diferenças acidentais que não interferem na formação de vontade das partes*

nem comprometem o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme o disposto no art. 92, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

9.1.3. Entende-se por pequenas variações aquelas diferenças acidentais e inerentes ao processo executivo, não configurando fundamento para revisão contratual quando não houver impacto material relevante, devendo a contratada garantir o fiel cumprimento do escopo previsto no projeto e no orçamento referencial.

9.1.4. Os contratos poderão, com simplicidade, admitir erros unitários de quantidade de até 10% (dez por cento), sem que isso implique revisão contratual. Serão passíveis de reequilíbrio apenas os serviços classificados como de materialidade relevante, constantes no Segmento A da Curva ABC de Serviços e Insumos, conforme metodologia adotada na planilha orçamentária.

9.1.5. Ficam estabelecidos os percentuais de subestimativas e superestimativas relevantes, limitados a 10% (dez por cento) do valor total do contrato, observando-se o disposto no art. 13, inciso II, do Decreto nº 7.983/2013, aplicável subsidiariamente à Lei nº 14.133/2021.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global conforme art. 6º, inciso XLIII, da Lei nº 14.133/2021, considerando que o projeto básico define de forma precisa o objeto e os quantitativos.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, conforme os arts. 67 a 69 da Lei nº 14.133/2021:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A9]

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico - Financeira

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *do último exercício social*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas [A15] :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.25. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo de 10%(dez por cento) do valor total estimado da contratação.**

9.25.2. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;

9.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil (**CRC ativo**), apresentada pelo fornecedor.

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.31. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.31.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico indicado, acompanhada da respectiva ART/RRT, atestando o conhecimento do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.32. Registro ou inscrição da empresa licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), conforme a natureza dos serviços, em plena validade, nos termos da legislação profissional aplicável.

9.32.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.33. Comprovação da qualificação técnico - operacional e técnico - profissional, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica, Certidões de Acervo Técnico (CAT) e respectivas ARTs / RRTs, em conformidade com as parcelas de maior relevância técnica definidas no TJTR e nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133 /2021.

Qualificação Técnico - Operacional

9.34. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade por meio da apresentação de certidões ou atestados de capacidade técnico - operacional emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados no conselho profissional competente (CREA/CAU, quando aplicável).

9.34.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.34.1.1 *Atestado(s) que comprove(m) a execução de serviços de natureza, características e complexidade equivalentes aos previstos nesta contratação, podendo ser aceito o somatório de atestados de períodos distintos.*

9.34.1.2. *Atestado(s) que comprove(m) a execução de **quantitativos mínimos compatíveis com o objeto**, como área construída, volume de serviços, extensão de rede, número de sistemas instalados ou outro parâmetro técnico que caracterize equivalência com o objeto.*

9.34.1.3. *Outras características técnicas específicas a serem comprovadas por meio dos atestados, se aplicável.*

9.34.1.4. *Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, desde que comprovem a execução de parcelas de maior relevância técnica e complexidade equivalente ao objeto desta contratação.*

9.34.1.2 *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.*

9.34.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.34.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.34.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.35. *O fornecedor deverá comprovar, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar do início da vigência contratual, a existência de escritório ou ponto de apoio técnico no município do Rio de Janeiro, compatível com as necessidades da execução contratual.*

9.36. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.36. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico - Profissional

9.37. Apresentação do(s) profissional(is) relacionado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente (CREA/CAU), detentor(es) de Certidão de Acervo Técnico (CAT) que comprove a execução de serviços de características e complexidade semelhantes às parcelas de maior relevância do objeto, abaixo indicadas:

9.37.1. *Para o Engenheiro Civil – responsável pela execução e fiscalização da obra de cobertura metálica e suas estruturas auxiliares (terças, fixações, reforços).*

9.37.2. *Para o Engenheiro Civil / Arquiteto – responsável pela elaboração de projeto executivo e compatibilização arquitetônica da cobertura.*

Profissional	Parcela/Serviço de Maior Relevância	Quantitativo mínimo a comprovar em ART/RRT	Observação
	Execução de cobertura	600 m² de área de telhado metálico executado. O quantitativo mínimo exigido (600 m²) corresponde a parcela de relevância técnica do	Deve constar em ART de obra de

Engenheiro Civil	metálica Estruturas auxiliares (terças, fixações, reforços)	objeto, equivalente a aproximadamente 40% da área total de cobertura (1.500 m²), não configurando restrição à competitividade, conforme art. 67, §3º, da Lei nº 14.133/2021 e orientação da CJU/AGU.	porte e natureza semelhantes ART deve comprovar execução de estruturas metálicas
Engenheiro Civil / Arquiteto	Projeto executivo de cobertura, Compatibilização arquitetônica e construtiva	600 m² de projeto de cobertura metálica elaborado O quantitativo mínimo exigido (600 m²) corresponde a parcela de relevância técnica do objeto, equivalente a aproximadamente 40% da área total de cobertura (1.500 m²), não configurando restrição à competitividade, conforme art. 67, §3º, da Lei nº 14.133/2021 e orientação da CJU/AGU.	Deve constar em ART de obra de porte e natureza semelhantes ART deve comprovar execução de estruturas metálicas

9.37.3. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração [A33] (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.38. *Apresentação da relação de compromissos assumidos e pendentes de cumprimento pelos profissionais técnicos indicados no item anterior, que possam impactar na disponibilidade destes para execução contratual.*

9.39. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei [n.º 14.133, de 2021](#), em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.40. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.41. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.42. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.43. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.44. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.45. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.46. Fica vedada a participação de cooperativas nesta contratação, tendo em vista a natureza do objeto — serviços de engenharia civil executados sob empreitada por preço global, que demandam responsabilidade técnica individual e vínculo direto de execução, conforme disposto no art. 68, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. *O custo estimado total da contratação, que representa o valor máximo aceitável para a execução dos serviços de reforma e recuperação da cobertura do Bloco A do Hospital Geral do Rio de Janeiro (HGeRJ), é de R\$ 1.279.455,43 (Um milhão, duzentos e setenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e três centavos), conforme planilha orçamentária elaborada de Referência elaborada segundo o Decreto nº 7.983/2013, Acórdão TCU nº 2.622/2013 e diretrizes do IPPC Engenharia.*

10.1.1. O custo estimado foi calculado com base em composições e preços referenciais no sistema OrçaFascio, com base nas composições dos referenciais oficiais SINAPI (02/2026), EMOP (02/2026) e SCO (01/2026), constante Anexo.

- 10.1.2. O valor estimado está detalhado no Anexo – Planilha Orçamentária de Referência, que integra o presente Termo de Referência.
- 10.3. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.
- 10.4. A composição do BDI considerou a análise do regime tributário mais vantajoso à Administração.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 11.2. A dotação orçamentária correspondente à presente contratação será indicada no momento da assinatura do contrato , conforme autoriza o art. 18, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, quando já houver disponibilidade orçamentária confirmada pela Unidade Requisitante.
- 11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I

ANEXO I

Considerando que a presente contratação possui relativa complexidade técnica e obrigações futuras, sua formalização se dará por meio de Termo de Contrato, conforme minuta anexa ao Edital.

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (Razão social e CNPJ do Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Rio de Janeiro, de de 2026. .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

IVAN CORTES DE ABREU

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 07/04/2026 às 11:04:50.

TIAGO DOS SANTOS DE OLIVEIRA

Chefe Equipe de Planejamento

LILIAN DOS SANTOS LEANDRO DE MOURA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 07/04/2026 às 09:56:07.

JONATAS HENRIQUES DA SILVA

Equipe de Planejamento